

## Do Receio de Existir ao Direito de Conviver: reflexões e apontamentos sobre homossexualidade masculina, geração e transformações sociais

*Del Miedo de Existir al Derecho de Convivir: reflexiones y notas sobre la homosexualidad masculina, la generación y los cambios sociales*

*From Fear of Being to the Right of Living Together: reflections and notes on male homosexuality, generation and social changes*

Gustavo Santa Roza Saggese

**Resumo:** a proposta deste trabalho consiste em investigar a maneira pela qual homens de meia-idade, residentes em São Paulo, vivenciam e percebem a própria homossexualidade frente às transformações sociais ocorridas nas três últimas décadas. Neste sentido, são avaliados vários marcos como o advento da epidemia de HIV/AIDS e os pânicos morais que a doença suscitou; o surgimento das primeiras Paradas do Orgulho LGBT no Brasil; os recentes debates públicos envolvendo a legalização das uniões homoafetivas e a criminalização da homofobia. Ao mesmo tempo, problematiza o marcador “geração” e procura entender as diferenças que estes homens apontam existirem entre eles e os “mais jovens”.

**Palavras-chave:** homossexualidade, geração, transformações.

**Resumen:** el propósito de este estudio es investigar como hombres de mediana edad residentes en São Paulo viven y perciben su propia homosexualidad frente a los cambios sociales de las últimas tres décadas. En este sentido, el trabajo analiza diversos puntos de referencia, tales como la aparición de la epidemia del VIH / SIDA y los pánicos morales traídos por la enfermedad, la aparición de la primera Parada del Orgullo LGBT en Brasil y los recientes debates públicos acerca de la legalización de uniones homosexuales y la criminalización de la homofobia. Al mismo tiempo, debate sobre el matiz “generación” y busca comprender las diferencias que estos hombres apuntan entre ellos y los “más jóvenes”.

**Palabras clave:** homosexualidad, generación, cambios.

**Abstract:** this study aims to investigate the way by which middle-aged men from São Paulo – Brazil – have experienced and perceived their homosexuality in the face of social changes over the last three decades. To this end, the study takes into account several major events such as the emergence of HIV and AIDS epidemics and the resulting moral panic; the emergence of the first Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Community (LGBT) Pride Parades in Brazil; and the recent public debates regarding the legalization of homoaffection unions and the criminalization of homophobic discrimination practices. The study also questions generation as a social marker and seeks to understand the differences those middle-aged men perceive between them and the younger generation of homosexual men.

**Keywords:** homosexuality, generation, changes.

---

**Gustavo Santa Roza Saggese** é Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da UERJ e Doutorando em Antropologia Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. É autor de: *Masculinidades, violência e homofobia*. In: Romeu Gomes (Org.). *Saúde do homem em debate*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011, p. 201-225. *Homossexualidade masculina e discriminação homofóbica*: considerações sobre dois campos de pesquisa. In: Guilherme Rodrigues Passamani. (Org.). *(Contra) pontos: Ensaio de Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual*. Campo Grande: Editora UFMS, 2012, p. 105-116. **Email:** [grsaggese@gmail.com](mailto:grsaggese@gmail.com)

---

## INTRODUÇÃO

Em junho de 1978, na edição número 2 do recém-lançado *Lampião da Esquina*<sup>1</sup>, o artista e ativista Darcy Penteadado publicava na coluna “Opinião” um artigo intitulado “Homossexualismo: que coisa é essa?”, no qual traçava uma breve retrospectiva histórica sobre tratamentos utilizados a fim de “curar” o comportamento homossexual, invalidando, sob a ótica da ciência contemporânea, sua eficácia. Diante da impossibilidade de “conversão”, os psiquiatras modernos estariam tentando, em suas palavras, “ajustar os pacientes à sua homossexualidade, o que já é tarefa difícil, considerado [sic] as barreiras da sociedade de predominância heterossexual, que tem obrigado o homossexual a viver em mutismo a sua verdade [e] o circunscrito aos limites do ‘gueto’ da tolerância coletiva” (PENTEADO, 1978, p. 2). Um pouco mais à frente, Penteadado aborda as implicações sociológicas do reconhecimento científico da homossexualidade como uma variação normal da sexualidade humana: mesmo fugindo a certa “ideologia média” que ainda veria a heterossexualidade como regra, comportamentos homossexuais não poderiam mais ser encarados como

<sup>1</sup> Idealizado por um grupo de intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo após um encontro com Winston Leyland, fundador da *Gay Sunshine Press*, *Lampião da Esquina* foi um jornal de circulação mensal que visava discutir assuntos relacionados ao universo homossexual da época. Encerrou suas atividades em 1981, com 37 números publicados (TREVISAN, 2011). Recentemente, teve todas as edições digitalizadas pelo grupo Dignidade, que podem ser encontradas em [http://www.grupodignidade.org.br/blog/?page\\_id=53](http://www.grupodignidade.org.br/blog/?page_id=53) (Acesso em 06 de maio de 2013).

anormalidade, uma vez que as justificativas evocadas no passado pela sociedade para tal estariam “podres e desmoronando desde que a medicina e a psiquiatria não têm mais aqueles elementos que ela sempre usou para seu apoio e acomodação” (idem). Ao final, o autor defende a homossexualidade como “condição humana” e lamenta que não tenha sido totalmente desmistificada.

Pouco mais de um ano depois, em setembro de 1979, uma entrevista com Dennis Altman era publicada no mesmo jornal. De férias no Brasil, o cientista político australiano havia acabado de ceder os direitos de tradução

de seu livro *Homosexual: oppression and liberation* para o português e respondia a questões sobre sua vida pessoal e atuação política, além de opinar sobre o então incipiente movimento homossexual brasileiro. Indagado acerca do que pensava sobre as conquistas legislativas dos últimos anos em alguns países, destacava a Holanda como “exemplo” mundial e afirmava que muitos governos estariam começando a reconhecer a necessidade de adotar políticas antidiscriminatórias em relação à homossexualidade. Ao mesmo tempo, porém, concordava com o entrevistador acerca de uma suposta “tendência direitista” que tomava lugar nos Estados Unidos: embora considerasse “irreversíveis” as mudanças positivas da última década e apontasse o aparente retrocesso como “um sinal de fraqueza nos elementos conservadores que assistem à erosão de seus valores” (ALTMAN, 1979, p. 3), não deixava de reconhecer que “em condições de verdadeira tensão política e econômica isso naturalmente poderia mudar” (idem).

Passadas mais de três décadas, é impossível não verificar semelhanças entre o que estava em pauta no final da década de 1970 e as preocupações levantadas pelo que hoje é conhecido como “movimento LGBT”<sup>2</sup>, especialmente em países onde a legislação federal ainda não contempla integralmente as minorias sexuais – como é caso do Brasil. Por outro lado, se as observações elaboradas por Darcy Penteado e Dennis Altman mantêm certa atualidade, seria ingênuo reduzi-la ao resultado de uma estagnação sociopolítica. Ainda que se possa relativizar “avanços” e repudiar uma interpretação da história como sequência linear e progressiva de acontecimentos, não há como deixar de constatar as transformações significativas pelas quais os chamados “direitos sexuais” vêm passando desde que grupos como o *Somos*<sup>3</sup> começaram a reivindicar visibilidade

<sup>2</sup> Sigla internacional adotada atualmente para se referir ao movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Discute-se, em alguns contextos, o acréscimo das letras “Q” e “I”, referentes às categorias queer/questioning e intersex, respectivamente.

<sup>3</sup> O *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual* foi fundado em 1978 na cidade de São Paulo por intelectuais e artistas provenientes da mesma rede que deu origem ao *Lampião da Esquina*. Perdurou até 1983, depois de enfrentar “rachas” e problemas financeiros que levaram à sua dissolução. Para mais informações, ver Green (2000) e MacRae (1990).

para suas demandas. A própria sigla “LGBT” – consequência da disputa de categorias identitárias hoje unidas em prol de uma causa maior – constitui, sem dúvida alguma, expressão icônica desse processo transformativo.

A despeito do exposto acima, meu interesse analítico não reside em revisitar a trajetória do que levou à consolidação do movimento LGBT brasileiro, tarefa que pesquisadores como Facchini (2005) já executaram de maneira brilhante. Em lugar disso, tenho como proposta investigar alguns discursos de pessoas que vivenciaram, sob diferentes instâncias, modificações importantes no que concerne à experiência da homossexualidade masculina no Brasil – e mais especialmente na cidade de São Paulo – ao longo dos últimos trinta anos.

## 1. Apresentando o Campo

Quando decidi me aventurar por um tema de pesquisa relativamente semelhante ao de investigações que já havia conduzido em um passado recente, imaginei que não fosse encontrar grandes dificuldades para transitar no campo onde pretendia me inserir. De fato, tive uma entrada razoavelmente tranquila, facilitada por uma pessoa próxima, que me introduziu a uma rede de contatos proveniente de seu círculo pessoal de amigos. Desta vez, porém, dois fatores contribuíram para que a investigação adquirisse contornos menos familiares: em primeiro lugar, o fato de tê-la concentrado em São Paulo, cidade de proporções gigantescas e ainda desconhecida para um recém-chegado pesquisador carioca; em segundo,

<sup>4</sup> Aproprio-me aqui do que diz Bourdieu (1983) ao analisar a questão das estéticas de classe, definindo o habitus como um “sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é o produto” (BOURDIEU, 1983, p. 82).

o contato com pessoas mais velhas que, embora todas oriundas de camadas médias urbanas (e, portanto, possuidoras de um *habitus*<sup>4</sup> comum ao meu universo), situavam sua experiência em um contexto temporal que correspondia apenas parcialmente ao meu próprio. Nas entrevistas que marcaram o início do trabalho de campo, em janeiro de 2011, não era incomum que fizessem menção a lugares e eventos sobre os

quais meu conhecimento não ultrapassava as referências bibliográficas utilizadas no projeto.

Minimizado o estranhamento inicial, prossegui com a expansão da rede, solicitando indicações a partir das pessoas com quem já havia conversado. Como ainda me encontrava em fase exploratória, recorri também a grupos virtuais no Facebook a fim de buscar outros contatos que se encaixassem no perfil que procurava. Ainda que poucos tenham respondido à minha solicitação, consegui, com seu auxílio, estabelecer uma rede de pesquisa relativamente sólida: além de expandi-la em termos quantitativos, encontrei conexões de amizade entre os interlocutores previamente entrevistados e aqueles que viria a conhecer a partir dos contatos na internet. Com alguns, desenvolvi uma relação de proximidade bem além das entrevistas formais e pude acompanhá-los em atividades diversas, como apresentações de coral, incursões a casas noturnas, comemorações de aniversário e jantares.

Cientes da temática que tinha por intuito explorar, era frequente que os interlocutores me confrontassem com questões relativas a minha faixa etária, meu conhecimento histórico e à visão política que possuía sobre determinados assuntos. Classificado muitas vezes como ‘jovem’<sup>5</sup>(ou até mesmo ‘bebê’), ocasionalmente tive a impressão de estar servindo como uma espécie de “porta-voz” para os mais novos, embora isso nunca tenha sido explicitamente colocado. Entre os interlocutores com menos idade (cerca de dez anos mais velhos do que eu), não percebi, na maior parte dos casos, inferências desse tipo, encontrando, talvez, menor distanciamento interpessoal. Em todo caso, considero ter havido uma dialética bastante profícua, tendo-me ajudado não só a enriquecer o campo com as informações coletadas através das conversas, como também a pensar o próprio problema de pesquisa. Se gozava, como antropólogo, de certa “vantagem epistemológica” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002), procurei problematizá-la de maneira a não desprezar a reflexividade do discurso nativo (idem).

<sup>5</sup> A fim de melhor situar o leitor, utilizarei aspas simples para termos nativos.

<sup>6</sup> Longe de ser homogênea, contudo, tenho plena consciência de que a experiência da homossexualidade encontra-se permeada por variações individuais e limites históricos e sociais muito específicos. Por mais que este argumento tenha sido exaustivamente abordado no campo das humanidades, considero necessário retomá-lo a fim de contextualizar o lugar de onde falo e posiciono os achados que aqui reproduzo. Em que pese a importância desse marcador social da diferença no presente trabalho, esclareço que o utilizo menos como *identidade* e mais como um *denominador* de experiências em comum; isto é, como uma das muitas possibilidades de *localizar* o ponto de vista a partir do qual se experimenta e se compreende certos acontecimentos. Para uma análise apurada sobre a trajetória da identidade homossexual masculina no campo da antropologia brasileira, ver Carrara & Simões (2007).

mostrou presente com relativa recorrência à medida que fui conhecendo-os mais de perto.

Ao interpelar meus interlocutores com questões que versavam, em grande parte, sobre o pertencimento a uma determinada “geração”,

Nos primeiros diálogos travados, ainda não estava muito claro para mim quais tópicos deveriam ganhar maior destaque. Tendo um amplo leque de questões que me intrigavam, optei por permitir que os interlocutores falassem de maneira relativamente livre sobre suas vidas, discursando longamente sobre família, relacionamentos amorosos e eventuais experiências de preconceito e discriminação em virtude de sua homossexualidade<sup>6</sup>. Tornava-se patente, entretanto, a necessidade de um recorte no roteiro que viabilizasse futuras elucubrações analíticas.

Sem menosprezar a relevância de outros pontos, elegi como prioridade tentar compreender o modo pelo qual vivenciavam e percebiam a própria homossexualidade a partir de certos marcos sócio-históricos, como o advento da epidemia de HIV/Aids e os pânicos morais que a doença suscitou, o surgimento das primeiras Paradas do Orgulho LGBT no Brasil e os recentes debates públicos envolvendo a legalização das uniões homoafetivas e a criminalização da homofobia. Em acréscimo, procurei explorar a participação política de alguns deles em movimentos sociais, algo que se

procurei ser cauteloso para não deixar que essa variável fosse naturalizada. Ainda que compartilhassem trajetórias de vida relativamente parecidas, havia diferenças importantes em relação ao grau de proximidade com que haviam testemunhado determinados eventos. Primeiramente, pelo fator etário: enquanto o mais novo estava para completar 40 anos quando conversamos pela primeira vez, o mais velho já contava 57. Em segundo lugar, o maior envolvimento de alguns em causas sociais intimamente relacionadas com o que me interessava investigar conferia a eles um ponto de vista “privilegiado” em relação aos demais.

Ao mesmo tempo, viviam todos na mesma cidade – em sua grande maioria, dentro ou muito próximos do que é conhecido como “centro expandido” de São Paulo<sup>7</sup> – e haviam acompanhado, sob um pertencimento de classe semelhante, as mudanças que a questão da homossexualidade atravessou no período de tempo que era caro à pesquisa analisar. Além disso, participavam de uma rede de relações composta por indivíduos de variadas faixas etárias, o que permitia um intercâmbio de informações entre os mais novos e os mais velhos. Considerando esses fatores, achei por bem não descartar do recorte interlocutores potencialmente valiosos em virtude de uma idade cronológica menor. Como observa Mannheim (1982), uma geração não pode ser definida somente por um marcador etário, devendo também compartilhar circunstâncias históricas e sociais. Se as diferenças de idade poderiam atuar como fator complicador do recorte etnográfico que estabeleci, as características que os aproximavam se sobrepuseram, creio eu, a eventuais distanciamentos etários. Em relação ao segundo problema, a posição “privilegiada” de alguns serviu antes como possibilidade comparativa nas questões que ia formulando ao longo do campo do que como impedimento para uma apreensão conjunta dos dados.

<sup>7</sup> Região delimitada pelos rios Tietê e Pinheiros, o “centro expandido” concentra o maior número de serviços, atividades culturais e de lazer da cidade, sendo habitado, em sua maior parte, por camadas médias.

Ainda em fase de análise, o material que dá origem a este artigo é extenso e não pôde, por razões de ordem prática, ser inteiramente contemplado aqui. Dessa forma, realizo um esforço de síntese e baseio meu texto em algumas falas que ilustram, com boa margem de fidelidade, os problemas que me proponho a examinar.

## 2. Aids, Sofrimento e Experiências de Discriminação

Presente na fala de muitos interlocutores, a epidemia de HIV/ Aids me pareceu, desde o início do trabalho de campo, questão fundamental para delimitar uma experiência geracional comum. Atingindo, em sua fase inicial, segmentos sociais que já enfrentavam o peso da estigmatização – como era o caso de homens com práticas homossexuais –, a doença foi responsável por uma verdadeira avalanche de emoções. A constante tensão ligada ao medo do contágio e às dificuldades de uma forma de vivenciar a sexualidade que começava, ainda que timidamente, a conquistar legitimidade social, provocava reações de profunda solidão e desamparo, marcando o retorno de uma concepção perversa que havia, em um passado não muito remoto, contribuído para patologizar a homossexualidade (GREEN, 2000). Como aponta Michael Pollak, as forças contraditórias que regulavam os sentimentos de pertença a determinada “comunidade” punham à prova o equilíbrio psíquico daqueles que, de alguma forma, faziam parte dela. Ainda segundo o autor, “o caráter absoluto e irrevogável da ameaça de Aids (a morte)” limitava de maneira singular o processo de construção de uma identidade coletiva, normalmente realçado pela diferenciação e ameaça presentes em outros grupos marginalizados (POLLAK, 1990, p. 63).

Nos discursos de Wilson e Alfredo<sup>8</sup>, dois dos primeiros com quem estabeleci um diálogo, a ideia de uma retração ocasionada pela emergência

<sup>8</sup> A fim de preservar o anonimato dos interlocutores, seus nomes reais foram substituídos por pseudônimos.

da Aids aparece de modo bastante claro, evidenciando talvez a decepção de quem havia, em um momento imediatamente

anterior, constatado mudanças importantes no que se refere a uma percepção social mais positiva da homossexualidade. Embora sob diferentes graus de envolvimento, ambos participaram do *Somos* e observavam com tristeza o recrudescimento da homofobia durante o auge da epidemia, como é possível perceber a partir do que Wilson conta:

Eu vivi essa parte inicial; a sensação que eu tenho é muito ruim, porque assim... o preconceito, ele aumentou muito, ele aumentou demais... [...] no começo era a “peste gay”, quer dizer [...], pra mim houve um retrocesso muito grande, de muita coisa que vinha se conseguindo antes, entendeu? Não só, houve um refluxo grande em termos de qualquer ideia nova de contracultura, de diferente, ninguém queria ser diferente, todo mundo queria ser bem igual nessa época. E a questão do preconceito, nossa [...], eu tive um amigo que morreu que, meu, a irmã e a mãe dele não deixavam os amigos verem o cara, o amigo que ele via todo dia, não deixava os amigos do cara entrarem em casa, entendeu? [...] Neguinho ia pro hospital, tava dentro de casa, saía do hospital, ia pra casa, você não podia fazer uma visita, cara, porque a mãe, ou a irmã, ou a família, olhava pra você como se fosse de outro planeta, era gente de outro mundo, então isso aí eu senti bastante, e tenho certeza, [...] se acontecesse comigo, ia acontecer exatamente a mesma coisa, eu provavelmente ia ficar na casa da minha mãe, sendo cuidado, eles fazendo barreira pra amigo meu não chegar... foi muito complicado isso daí, sabe? (Wilson, editor, 56 anos)<sup>9</sup>

<sup>9</sup> As falas aqui reproduzidas foram extraídas de conversas gravadas mediante a assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido.

Embora o sofrimento provocado pelas tentativas de afastamento do convívio social não seja nenhuma novidade ao se fazer uma retrospectiva histórica do que foi a experiência da Aids entre meados da década de 1980 e o início da de 1990, é possível que a lembrança ainda tenha algo a nos dizer a respeito do “pânico moral”<sup>10</sup> que se disseminou com a contaminação dos homossexuais e sua

<sup>10</sup> Uso aqui a expressão de acordo com seu significado original, cunhada por Cohen (1972) e reproduzida posteriormente por autores como Rubin (1993). Segundo ele, um pânico moral pode ser definido quando “uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge e é apontado como uma ameaça a valores e interesses sociais” (COHEN, 1972:9, tradução minha).

suposta responsabilidade pela propagação da ‘peste gay’<sup>11</sup>. Ainda na linha do retrocesso ocasionado pela associação entre homossexualidade e morte, Alfredo lembra:

<sup>11</sup> Em pesquisa recente promovida pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Instituto Rosa Luxemburg, é possível constatar uma redução importante na percepção social sobre essa responsabilidade, ainda que não de todo eliminada. Do total de respondentes, 40% discordaram totalmente da afirmação “Os gays são os principais culpados pelo fato de a Aids estar se espalhando pelo mundo”, mas 21% – mais de um quinto da amostra – concordaram totalmente. Para mais informações, ver VENTURI, 2011.

Eu achava uma tragédia esse negócio, porque todo o espaço que o movimento gay tava ganhando, naquele momento... era um momento de uma abertura, não era mais a abertura política, mas enfim, também continuava uma abertura política [...] PT, greves, redemocratização, ainda era uma abertura política, claro. Então novas mentalidades, novas ideias, a gente tava sentindo, respirando uma coisa tão gostosa, e de repente veio a Aids, então, mais uma vez, “Porra!”, quer dizer, eu achava que eu era uma pessoa legítima, que eu tinha um desejo legítimo, e agora vem a Aids pra falar que não, que isso é uma coisa amaldiçoada, um castigo, uma peste... então, eu acho que foi mesmo um susto, foi um solavanco que a gente teve (Alfredo, jornalista, 57 anos)

Caminhando para um plano um pouco mais pessoal, histórias como as de Samuel e João Pedro evocam um pouco do que se introjetava em quem começava a vivenciar a própria homossexualidade em coincidência com o advento da Aids, o que freava experimentações sexuais e gerava muita angústia em torno da possibilidade de vir a ser associado a um segmento demonizado. Em um trecho de conversa com João Pedro, é possível perceber como no imaginário social os homossexuais eram quase que exclusivamente o único grupo lembrado ao se pensar a doença:

JP: Antes o homossexual era uma pessoa que era promíscua, que vivia em guetos, que tinha Aids, né? [...] Aí eu falei assim: [...] “Vou fazer uma experiência diferente”; comecei a frequentar uma espiritualidade e esquecer esse meu lado homossexual, já que ser homossexual era sinônimo de morrer com Aids.

G: Então essa questão da Aids, ela teve um peso grande também na sua decisão de não vivenciar isso?

JP: Teve, teve, sim, porque uma coisa puxa a outra, né? Porque todos

comentavam que os homossexuais morriam de Aids. E todo homossexual que você via, ou as pessoas viam, diziam assim: “Aquele ali tem Aids”. E só dava em gay, homem. As mulheres não eram vistas como pessoas que tinham a possibilidade de adquirir Aids [...]

G: É que quando você falou de Aids, eu tive uma primeira impressão de que você tava falando que você tinha medo de pegar, mas não era isso, era medo de ser associado a um personagem estigmatizado?

JP: Exatamente. Porque se você é gay, logo você tem Aids.

G: A associação era muito forte, né?

JP: É, era muito forte. [...] Antes o sexo era um tabu, depois a Aids era um tabu, aí você fica refém desses medos... [...], não conseguia também me lançar pra uma aventura [...], pra ver realmente se era isso que eu queria, né? Então resolvi, assim, “Não, deixa eu ficar no meu casulo, deixa...” (João Pedro, contador, 50 anos)

Como é possível perceber em sua fala, a epidemia parece ter sido responsável, ao menos parcialmente, por um impedimento significativo, adiando o que de outro modo poderia ter acontecido mais cedo. Diferente de João Pedro, para Samuel a paranoia envolvia também o temor de ser contaminado pelo HIV, cuja disseminação aconteceu justamente no período em que entrava na adolescência. Nascido e criado na capital paulista, via de perto a propagação da epidemia e foi se retraindo do convívio social à medida que ia chegando a seu conhecimento notícias sobre a devastação, inclusive a respeito de pessoas próximas que haviam falecido em decorrência da doença. De acordo com ele, havia na época um discurso repressivo muito forte, acompanhado de ações violentas perpetradas por agentes do Estado, a exemplo de incursões policiais em bares de frequência homossexual. Mais uma vez, a lembrança da Aids como ‘peste gay’ é evocada:

Pra mim ainda é muito vivo, a memória das coisas que a gente ouvia... e eu não frequentava meios, eu via de vizinho, eu via em ônibus, eu via em televisão, você via muito eles chamarem como “peste gay”... eu acho que hoje, sei lá, 30 anos, 20 e tantos anos, isso foi apagado... até porque se comprovou que o vírus não tem essa inteligência de distinguir quem ele vai infectar, né? [...] Eu não vivi isso, mas lembro de amigo meu falando que aqui na praça Roosevelt, alguns bares gays ali, que chegava a polícia

batendo em todo mundo porque era gay; não é “Vou te revistar, deixa eu ver seu documento e ver se você é procurado”, é de bater mesmo. E sempre foi falado de uma forma muito negativa. Eu acho que isso na verdade é que fez eu dar aquela pirada básica que eu te falei, porque, meu... eu só recebia reforço negativo pro que eu era (Samuel, promotor de eventos, 41 anos)

Nos discursos que aparecem aqui, é de se notar o papel definidor da experiência da Aids para quem viveu sua chegada, marcada por rupturas e incertezas da maior importância no que concerne aos círculos de sociabilidade e às percepções subjetivas sobre as possibilidades de vivência da homossexualidade, que na época se dava em um contexto muito pouco

<sup>12</sup> Em artigo originalmente publicado na revista *Sui Generis* e reproduzido em seu livro, o autor faz uma espécie de “ode” ao HIV, destacando os benefícios sociais que o vírus teria proporcionado em longo prazo: “A contragosto ou não, as primeiras páginas dos jornais estamparam repetidamente que nós existimos. Se a visibilidade é um tema político fundamental, então o vírus nos deu a maior visibilidade possível, num curtíssimo prazo: aquilo que o movimento homossexual não conseguiria em duas décadas, o vírus fez em poucos anos de peste” (TREVISAN, 2011, p. 518).

receptivo. Em contraposição à experiência negativa, contudo, movimentos de recuperação e resistência também me foram relatados: tanto Alfredo quanto Samuel trabalharam, em períodos diferentes, em uma das primeiras ONGs voltadas à assistência de soropositivos no Brasil. Embora lembrada quase sempre como uma ‘tragédia’ que só trouxe sofrimento, hostilidade e discriminação, o surgimento da epidemia foi também, como sugere Trevisan (2011), fator preponderante para que práticas homossexuais adquirissem uma visibilidade sem precedentes<sup>12</sup>. No próximo item, tento compreender de que maneira meus interlocutores percebem, justapondo passado e presente, essa transformação.

### 3. Visibilidade Positiva, Movimento LGBT e Categorias de Reconhecimento

Pesquisando em um contexto relativamente próximo ao da realidade brasileira, o sociólogo argentino Ernesto Meccia explora a interface

entre homossexualidade masculina e geração, utilizando tipos ideais para caracterizar o que considera serem distintos momentos sócio-históricos na construção de uma política de visibilidade homossexual na grande Buenos Aires. A partir de meados da década de 1990, acredita, assistiríamos ao que ele chama de “gaycidade”, período marcado, em suas palavras, por “um processo de atenuação generalizada na percepção das diferenças sociais de alto impacto no imaginário e nas relações sociais”<sup>13</sup>, resultado direto da política de visibilização do período antecedente. Tal processo, por sua vez, se apoiaria em uma lógica de “abertura” (desenclave)<sup>14</sup> dividida em três planos distintos: “abertura espacial”, “abertura relacional” e “abertura representacional”.

No plano da “abertura relacional”, haveria um borramento gradual das fronteiras que, no passado, teriam limitado fortemente as possibilidades de trânsito social dos homossexuais. À exceção de alguns poucos “sábios” – e aqui Meccia se apropria da terminologia goffmaniana para caracterizar aqueles que, apesar de não fazerem parte do grupo estigmatizado, encontravam-se próximos e ofereciam algum tipo de solidariedade –, a comunidade de apoio restringia-se aos seus iguais, cenário que não corresponderia à realidade atual. Nas entrevistas que conduzi, encontrei um número bastante significativo de relatos em que essa “abertura relacional” parece se fazer presente, especialmente em situações envolvendo a família e o ambiente de trabalho. Entre as ideias que aparecem com maior frequência, destaco duas: a crescente possibilidade de inserção em circuitos de sociabilidade onde a questão da homossexualidade não é mais alvo de grande problematização e a valorização dos “privilégios” dos quais os homossexuais de hoje podem desfrutar. Em muitos casos,

<sup>13</sup> “[...] un proceso de atenuación generalizada en la percepción de las diferencias sociales de alto impacto en el imaginario y en las relaciones sociales” (MECCIA, 2011, p. 135).

<sup>14</sup> É possível que o termo tenha respaldo no conceito de “desenclaxe” (*disembedding*) formulado por Giddens (1991), quando sugere que as relações sociais são deslocadas de seus contextos locais de interação em outras extensões de espaço e tempo, embora não haja em Meccia referência direta a essa ideia.

comparações entre “mais jovens” e “mais velhos” apareciam de maneira espontânea nas conversas.

Com relativa frequência, meus interlocutores chamavam a atenção para o número cada vez maior de adolescentes que podem se assumir para os familiares ainda dentro de casa, tendência que se contrapõe ao que Weston (1991) identificava nos Estados Unidos dos anos 80, quando era comum que jovens gays saíssem de sua cidade natal e elaborassem novos arranjos familiares em outros lugares. Além disso, falavam de sua própria experiência com a família de origem: antes palco de conflitos para muitos, estaria hoje mais próxima, como aparece no discurso de Wilson:

Eu fiz uma festa de aniversário [...] pela primeira vez, cara... peguei meu companheiro, peguei a mãe dele [...], foi ótimo [...] O que que eu reivindicava até pouco tempo atrás? Eu ficava falando, minha mãe dava almoço na casa dela, chamava meus irmãos, e eu queria que ela chamasse, eu falava: ‘Pô, mãe, você não vai chamar meu companheiro, que tá comigo?’, aí ela: ‘Não, mas como que eu vou chamar, tem a Fulana’, que é empregada dela, que tá há 30 anos com ela. ‘O que que ela vai achar disso aí?’ [...] Aí o que eu mudei? Eu falei: ‘Ou eu banco a minha história, ou eu vou ficar eternamente batendo na casa da mamãe pra ela aceitar o cara que tá comigo’[...] Peguei a minha família mais chegada, peguei irmãos, peguei meus amigos mais chegados, e fui comemorar o meu aniversário, chamando o meu companheiro, a irmã dele, a mãe dele, aí fiz uma confraternização [...] Fiz textos, mandei textos de convite pra todo mundo falando: ‘Olha, eu tô passando por um momento muito feliz’, não to dizendo assim: ‘Ó, to comemorando, é, um estado legal com uma pessoa’, mas ficou claro, ficou evidente [...] Então você vê, as pontas vão se juntando, né? [...] Numa determinada altura lá, minha mãe conversou com o meu companheiro sozinha, eu conversei com a mãe dele, entendeu? E aí a coisa acontece [...]

Indagados a respeito de uma possível “nostalgia” que poderia haver em comparação com o tempo presente, somente Ronaldo, advogado de 47 anos, mencionou sentir saudades da época em que havia ‘um mundo gay paralelo’, falando, por exemplo, das festas que ocorriam em uma sauna que costumava frequentar. Para ele, ‘a coisa escondida’, ‘meio suja’ e ‘meio sórdida’ característica de seu tempo de juventude conferia uma

maior intensidade a certas experiências. No entanto, mesmo em seu caso isso parece estar relacionado muito mais à esfera sexual do que a outros circuitos de sociabilidade – do contrário, não teria dado tanta ênfase aos aspectos positivos das transformações na visibilidade. Por outro lado, a relação entre o crescimento da visibilidade e um possível aumento da homofobia é mencionada com alguma frequência. Ao perguntar se sentia falta dessa ‘coisa escondida’ sobre a qual fala Ronaldo, Alfredo foi enfático na negação e, ao mesmo tempo em que exaltou a liberdade dos tempos atuais, lembrou os recentes ataques ocorridos na Avenida Paulista (que, em sua opinião, podem indicar menos um recrudescimento da violência homofóbica do que um menor respaldo social a esse tipo de discriminação com o aumento das denúncias formais):

Eu fico imaginando porque talvez alguém possa querer isso, né? [...] Nossa, eu, pelo contrário, eu sinto que é uma maravilha a gente poder estar mais livre [...] Tem as pessoas apanhando na Paulista, a Paulista é onde aparece no jornal, mas elas tão apanhando em vários lugares, tão morrendo em vários lugares... não sei se já morriam tanto, se já existia tanta violência antes quanto agora, tá aparecendo mais no jornal, as pessoas se queixam [...], pode ser isso também.

Em que pesem os avanços sociais responsáveis pelo usufruto de uma maior liberdade, alguns interlocutores fazem críticas ao que consideram uma espécie de falta de “bom senso” por parte dos mais jovens, condenando “exageros” que possam vir a associar a homossexualidade a estereótipos negativos. Nesse sentido, alguns discursos são permeados por certo tom “conservador”, como quando Samuel lamenta a ‘bagunça’ que observa entre os adolescentes do Largo do Arouche aos domingos, onde há, segundo ele, trocas constantes de parceiros e uso abusivo de bebidas alcoólicas<sup>15</sup>. Caminhando em direção semelhante, Felipe faz críticas à militância, falando também dos “excessos” e de uma possível imposição de certo estilo de vida que a sociedade como

<sup>15</sup> Dados etnográficos recentes sobre o lugar podem ser encontrados no trabalho de Calixto e Guimarães (2012).

um todo ainda não estaria preparada para incorporar. Citando a Parada do Orgulho LGBT como exemplo, Felipe disse considerar o movimento<sup>16</sup> ‘absolutamente equivocado’ em sua luta pelo ‘respeito’:

Pra mim é muito difícil entender, por exemplo, a questão da militância gay [...] Não é você entrando em choque que você vai conquistar respeito. Ao invés de você chegar e usar uma argumentação lógica, você usa o choque [...] A Parada Gay pra mim é isso. Onde que tá a discussão? Tá num bando de gente pelada? Pelada eu não digo, mas seminua. Tá num bando de drag queen ali? Não sei. Isso vai gerar discussão? [...] Pra mim isso só faz aprofundar os estereótipos que as pessoas já têm. Você não precisa mostrar pras pessoas o que elas já conhecem. Você precisa mostrar o que elas não conhecem. O que elas não conhecem? Elas não conhecem, ou conhecem muito pouco eu, você, pessoas que trabalham, que pagam imposto, que ralam, que estudam... (Felipe, publicitário, 40 anos)

As críticas ao formato “carnavalesco” que a Parada estaria adquirindo estão presentes em várias falas e algumas vezes parecem

<sup>16</sup> Tanto aqui quanto nas outras falas, a palavra refere-se a categoria nativa, visto que pluralidades e tensões internas do movimento LGBT brasileiro não são postas em questão.

refletir uma insatisfação mais geral com um certo “jeito brasileiro”, supostamente marcado pela tendência de determinados movimentos perderem progressivamente seu objetivo original. No entanto, há discordâncias importantes, que exaltam seu significado político a despeito da excessiva festividade que carrega.

Um desses exemplos é Alcides, frequentador assíduo desde a primeira edição. Para ele, a Parada teria importância fundamental na história do movimento e na aproximação entre diferentes segmentos sociais:

De tudo o que eu já vi sobre o movimento gay, a coisa mais significativa que o movimento já produziu foi a Parada Gay [...] Poder estar ali com um travesti que não tinha nenhum grau de instrução, por todos os problemas que tem isso, e estar ali com um estudioso professor, um acadêmico [...], todo mundo convivendo ali. Então eu percebo que a Parada, ela trouxe essa visibilidade. E hoje vejo muita gente condenando a Parada. (Alcides, coordenador de projetos, 43 anos)

No que concerne a outras questões relacionadas ao movimento político, os debates em torno do casamento homoafetivo e da criminalização da homofobia foram bastante privilegiados nas conversas. De maneira geral, o primeiro deles aparece nas falas como conquista a ser celebrada, embora vozes discordantes que o apontam como mera reprodução do modelo heterossexual também tenham se feito presentes. Em relação ao PLC 122<sup>17</sup>, poucas vezes escutei opiniões contrárias à importância da aplicação de uma lei que protegesse a população LGBT, ainda que alguns interlocutores chamem a atenção para a necessidade de definir muito bem o que deve ser considerado “homofobia”. Aqui, Samuel mais uma vez assume um tom de crítica no que tange a algumas ações promovidas pelo movimento:

Eu acho um projeto legal, desde que a pessoa consiga entender que respeito é uma coisa, homofobia é outra. Respeito é eu de repente ver você beijando o cara e falar, “Porra, meu, tá beijando”, “Pô, desculpa aí”, nem “Desculpa aí”, que você não tem que pedir desculpa, você percebeu que, porra, aqui não é um lugar de fazer um negócio desse, vai fazer isso no meio da torcida do Palmeiras; sou burro, né? Não vou querer apanhar desses caras que tão bebendo, enchendo a cara e pulando por causa de um time. Homofobia é eu achar que você é gay e dar porrada em você, ou fazer uma gangue, pegar e bater em você, sem nenhum motivo aparente, ou ir e assassinar você porque você é gay [...] Ninguém tem que desenvolver respeito por você, a sociedade não tem que respeitar, “Ah, a partir de agora a sociedade tem que respeitar os gays”, não, os gays têm que conquistar isso, e conquistam, cara... conquistam, sim. Aos poucos, aos trancos e barrancos, devagar...

Geralmente preferida, a noção de *respeito* tem lugar de destaque nos discursos e parece ocupar o topo de uma certa hierarquia que relega às

<sup>17</sup> Elaborado com base em uma série de outros projetos que visavam combater a discriminação por orientação sexual, o PLC 122/06, de autoria da deputada Iara Bernardi (que hoje tramita com texto diferente do que possuía originalmente), tem sido motivo de discórdia no plano político, pois muitos acreditam que ele fira a liberdade de expressão ao caracterizar a homofobia como crime na esfera federal. Mais informações podem ser obtidas em <http://www.plc122.com.br/> (Acesso em 10 de maio de 2013)

palavras *aceitação* e *tolerância* uma posição menos privilegiada. Para a quase totalidade dos interlocutores, esta última passaria uma ideia de vitimização ou complacência que não esgotariam o que realmente é necessário para que a homossexualidade viesse a ser encarada como manifestação humana legítima, como se pode observar na fala de Alcides:

Pra mim, respeito é fundamental, eu acho que é a palavra mais adequada. Porque eu respeito aquilo que eu conheço e aquilo que eu não conheço. Se eu conheço, é uma obrigação. Respeitar. Eu conheço, eu posso concordar ou não. Se eu desconheço, respeito é obrigação também, porque como eu posso julgar se ainda não conheço? Posso levantar hipóteses, mas eu não posso agir em cima das minhas hipóteses. Então eu acho que respeito é uma palavra muito adequada. Tolerância é muito discutível, porque, puxa, eu tenho que tolerar o outro? Não é uma palavra que me cai muito bem. Mas também eu não tenho argumento pra derrubá-la, porque enquanto eu não conheço, seja o que for, tem que haver um pouco de tolerância da minha parte, não tô falando da sexualidade ou do gay, é pra tudo. Às vezes eu tenho que tolerar uma circunstância, até compreender e saber que caminho tomar [...]. Mas pra questão do gay acho que não é o termo adequado.

Nas situações que trazem à tona a relação com a família, o termo *aceitação* talvez encontre maior respaldo. Mesmo nesse âmbito, me pareceu ainda que *respeito* costuma ser o objetivo mais fortemente desejado e o que retrata situações em que a relação com os parentes foi sendo, ao longo do tempo, positivamente transformada. No entanto, alguns interlocutores sugeriram termos novos para caracterizar um ideal almejado, como as ideias de *compartilhamento*, *cooperação* e *convivência*, evocadas por Felipe.

Para outros, ainda que *tolerância* não seja o ideal, parece estar havendo uma tendência de que certas questões sociais, como o reconhecimento positivo da homossexualidade, sejam ‘empurradas goela abaixo’, o que, pelo momento, é o que se pode exigir. Mesmo para Fernando, que se manifestou contrariamente à aplicação do PLC 122, a existência de um algum tipo de coibição social da homofobia poderia promover efeitos positivos sobre a vida de quem é discriminado. Aqui, a palavra *aceitação*

adquire uma conotação diferente da que encontrei em outras conversas e é contraposta à ideia de *concordância*:

F: É aquela história que a gente fala, né: “Eu aceito, mas não concordo”. Entendeu? Então o que acontece muito hoje é assim: “Eu aceito, mas não concordo” [...] Então existe muita coisa assim, o cara tá engolindo mesmo, colocaram goela abaixo, e ele tá tendo que tomar com um suquinho de laranja pra tentar ver se desce, algumas vezes...

G: Mas você acha que isso é positivo?

F: É positivo, porque pelo menos a pessoa é obrigada a ver que ela não vai resolver com discriminação, pelo menos notoriamente, e há uma possibilidade, através até da repressão, entre aspas, [de] ela pensar um pouquinho [...] Eu posso não concordar. Mas crucificar o outro, ou apedrejar o outro, ou excluir o outro, banir da vida social porque ele tem uma opção sexual [sic], ou tem uma vida sexual diferente, é ridículo. (Fernando, professor, 47 anos)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final de 2011, uma campanha elaborada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República começava a ser veiculada na Rede Globo de Televisão. Estrelada pelos atores Marcos Damigo e Rodrigo Andrade, tinha como mote o combate à homofobia a partir da divulgação do Disque 100, serviço telefônico criado pelo Governo Federal com o intuito de receber denúncias de violação dos direitos humanos. Exibindo cenas da novela *Insensato Coração*, na qual a dupla de atores fazia par romântico, iniciava-se com a seguinte mensagem: “Parece incrível, mas em pleno século 21 ainda tem gente que não aceita o direito de cada um ter sua orientação sexual”. Na sequência, há uma breve apresentação do serviço e o vídeo é encerrado com um dos atores dizendo: “E não se esqueça: o fim da intolerância começa em casa”.

Anos antes de a citada campanha ir ao ar, já me chamava a atenção a aparente intercambialidade com que categorias como “(in)tolerância”, “respeito” e “aceitação” são evocadas quando se fala sobre atitudes de acolhimento ou rechaço diante de grupos sociais marginalizados.

Observando mais de perto, contudo, parecem carregadas de sentidos diversos, questão que já venho constatando desde a investigação que realizei para o mestrado (SAGGESE, 2009) e que procurei retomar aqui.

Se na década de 1980 o pavor provocado pela epidemia de HIV/ Aids assolava tanto quem havia testemunhado um período de menor repressão – como Wilson e Alfredo – quanto quem começava a descobrir a própria sexualidade – caso de Samuel e João Pedro –, a partir da metade final dos anos 90 já se podia perceber um cenário bem mais favorável: antirretrovirais, Paradas do Orgulho LGBT e personagens assumidamente homossexuais retratados de maneira menos caricatural na televisão (COLLING, 2007). Sinal dos tempos, diria Meccia: diferente de uma geração anterior, marcada pelo que o autor chama de “coletividade discriminada”, na contemporaneidade, teríamos passado da reivindicação pela não-discriminação à reivindicação por direitos. Nesse caso, os movimentos sociais passariam a ter como meta não só a denúncia de rechaço em virtude da orientação sexual, mas também uma política de cidadania, mobilizando todo um aparato com vistas a mudanças na legislação. No período da “gaycidade”, toma forma um movimento que proporcionaria aos antigos “sofredores” uma possibilidade de inclusão que não necessariamente os separa do corpo social maior (MECCIA, 2011).

Na experiência das pessoas que aqui aparecem retratadas, tal transformação se faria sentir em diversos segmentos de suas vidas, tendo alterado substancialmente a maneira como se relacionam e estabelecem novos vínculos. Seja no âmbito familiar, profissional ou das amizades, a crescente possibilidade de compartilharem experiências que envolvam a exposição não-problemática de sua orientação sexual é apresentada como algo bastante palpável e contraposto a um tempo em que a maior parte de seus circuitos de sociabilidade era permeada pelo silêncio. Teríamos migrado, talvez, de uma tolerância conformista à possibilidade de demanda por respeito – ou de um “receio de existir” a um “direito de conviver”.

Não obstante, a campanha a que faço menção no início deste item me parece representativa de uma certa confusão em relação ao que realmente

se deseja nos dias atuais: ao mesmo tempo em que chama a atenção para um suposto anacronismo quando critica quem ainda não *aceita* o direito alheio a orientação sexual diferente, evoca a *tolerância* como uma espécie de meta, indo de encontro ao que Darcy Penteado reivindicava há mais de trinta anos em seu artigo ao problematizar “os limites do ‘gueto’ da tolerância coletiva”. Mais do que uma mera questão de linguagem, arrisco dizer, estaríamos, talvez, testemunhando um momento da história em que possibilidades diversas de lidar com a diferença coexistem e não se excluem mutuamente. Assim como as referências dos interlocutores em relação aos jovens homossexuais de hoje se mesclam entre a exaltação de uma liberdade maior e a condenação de alguns “exageros” que cometem, a sociedade brasileira em seu aspecto mais amplo parece estar dividida entre a permissividade do “desbunde” que se fazia presente no final da década de 1970 (MACRAE, 1990) e a tentativa de preservar seus “elementos conservadores” – só para voltar ao termo usado por Dennis Altman em sua entrevista ao *Lampião*. Ciente de que o que apresento aqui se baseia menos em uma reconstituição factual do que numa compilação de percepções subjetivas sobre uma dada realidade, não tenho meios, no entanto, de elaborar grandes hipóteses a partir do material que possuo. Acredito, todavia, que ele diga algo sobre um universo de vivências que vai além do pequeno grupo ao qual tive acesso.

## REFERÊNCIAS

ALTMAN, Dennis. Apresentando Dennis Altman. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 16, p. 3.setembro de 1978.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 82-121.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 65-99, 2007.

COHEN, STANLEY. *Folk devils and moral panics*. New York & London: Routledge, 1972.

COLLING, Leandro. Homoerotismo nas telenovelas da Rede Globo e a cultura. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, Bahia. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/LeandroColling.pdf>.

FACCHINI, Regina. “*Sopa de letrinhas?*”: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.

CALIXTO, Maria Eugênia Perez & GUIMARÃES, Eros Sester Prado. O que compra alguém no Largo?: identidades e homosociabilidades no Largo do Arouche domingo à noite. Anais do VI Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. Salvador, 2012. Disponível em [http://www.abeh.org.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&download=172:ee017pdf&id=1:anais-abeh-2012&Itemid=87&start=60](http://www.abeh.org.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=172:ee017pdf&id=1:anais-abeh-2012&Itemid=87&start=60)

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas: Unicamp, 1990.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. (org.) *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982, p. 67-95.

MECCIA, Ernesto. Los últimos homosexuales. Sociología de la homosexualidad y la gaycidad. Buenos Aires: Gran Aldea Editores, 2011.

PENTEADO, Darcy. Homossexualismo: que coisa é essa? *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 2, junho-julho de 1978.

POLLAK, Michael. *Os homossexuais e a Aids: sociologia de uma epidemia*. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: ABELOVE, Henry, BARALE, Michèle A. & HALPERIN, David M. (orgs.). *The lesbian and gay studies reader*. London & New York: Routledge, 1993, pp. 3-44.

SAGGESE, Gustavo Santa Roza. Quando o armário é aberto: visibilidade e estratégias de manipulação no coming out de homens homossexuais. [Dissertação de mestrado em Saúde Coletiva]. Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

VENTURI, Gustavo (org). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, v. 8, n. 1, pp. 113-148, 2002.

WESTON, Kath. *Families we choose: lesbians, gays, kinship*. New York: Columbia University Press, 1991.